

O PROCEDIMENTO RECLASSIFICATÓRIO DA ANÁFORA RESUMATIVA: A propósito de *A Caverna* de José Saramago

Olívia Figueiredo
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

“O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade”.

(Mário Vilela)

“A natureza avaliativo-judicativa e directiva do discurso convoca fortemente uma condição de argumentatividade, que impõe a presença a cada momento de movimentos argumentativos ao serviço da defesa de posições assumidas, da inculcação de valores e normas, do incitamento à prevenção ou à remediação ou ainda à perseverança no bem, se for caso disso”.

(Joaquim Fonseca)

1. A anáfora nominal, no geral, apresenta-se como um dos factores essenciais que contribui simultaneamente para a continuidade referencial e para a coesão-progressão textual. Esta instância da retoma lexical, caracteristicamente contributiva e interventiva, é, no essencial, assegurada por um conjunto de dispositivos linguísticos e discursivos que asseguram uma tarefa referencial bem definida – a de designar um ou vários objectos do mundo pertencentes a uma classe determinada. Estes procedimentos linguísticos que co-ocorrem de uma forma sequencial e progressiva no discurso podem tomar várias formas: a anáfora nominal ou resulta de um prolongamento natural do antecedente por meio da repetição ou substituição lexical, o que se traduz em uma anáfora correferencial; ou resulta de processos inferenciais, baseados em saberes enciclopédicos e partilhados, o que se traduz em uma anáfora não correferencial (associativa).

De qualquer forma, a anáfora, que depende sempre de uma origem identificável no cotexto precedente, só pode ser referencialmente saturada se o antecedente ou o desencadeador do antecedente se mantiver activado na memória operativa do sujeito por meio de um processo de retoma, de inferência ou de associação.

Global e sinteticamente apresentado o quadro em que situo a anáfora nominal, destacarei do conjunto das anáforas, e de acordo com o propósito do estudo empreendido, a anáfora por nominalização. Alargarei o âmbito e entenderei, aqui, por anáfora por nominalização, não a nominalização deverbal (derivação regressiva) que consiste na passagem do verbo a nome (*abrem-se as portas = a abertura das portas*), mas o segmento nominal que, embora assente num processo deverbal tem, além do seu funcionamento coesivo e de progressão textual, a função discursiva de condensadora de informação, com valor resumativo e meta-discursivo.

Fundando-se a retoma anafórica nominal resumativa no princípio de uma dependência interpretativa, será necessário identificar e localizar o seu antecedente pelo viés da palavra, do sintagma ou do próprio texto, de forma a estabelecer-se uma equivalência de sentido entre a expressão anafórica e o seu antecedente. Ao mesmo tempo que tal equivalência se estabelece, uma nova reclassificação permitirá fazer funcionar um novo desenvolvimento através do desencadeamento de vários procedimentos linguístico-discursivos como sejam o de relevar uma estrutura predicativa subjacente, o de promover a reclassificação genérica entre o antecedente e a expressão resumativa, o de sintetizar, por um sintagma nominal, um segmento de discurso variável e o de estabelecer o traço de uma avaliação com orientação argumentativa. E é esta capacidade reclassificatória, que se funda num laço predicativo implícito, que vai possibilitar à anáfora resumativa, também chamada por vários autores anáfora conceptual, apresentar-se como instrumentalmente operatória e pluralmente funcional.

A capacidade, que se reputa de essencial, de a anáfora conceptual-resumativa possibilitar orientar argumentativamente a passagem do cotexto à esquerda para o cotexto à direita põe de manifesto a intertextualidade por meio de dois funcionamentos materializados em retomas de ângulos diferentes: ou a retoma se faz sobre a enunciação anterior (normalmente sobre o verbo relator ou introdutor do discurso relatado) ou globalmente sobre o enunciado (conteúdo proposicional).

A anáfora sobre a enunciação aparece sobretudo depois de uma citação em discurso directo, indo a retoma desde a simples enunciação (*esta declaração, esta afirmação, estas palavras...*) até à especificação-avaliação do acto de enunciação (*este grito de alarme, esta crença...*). Este tipo de anáfora, que permite ao enunciador-relator introduzir um comentário, uma avaliação sobre o

dito ou sobre o facto denotado, tem como característica não só a retroactividade (como acontece de comum com as anáforas em geral), mas também uma orientação prospectivo-argumentativa. Nesta perspectiva, como é menos o referente que importa que a sua função discursiva e a avaliação ou o modo de apreensão de que ele é objecto, na anáfora resumativa empregam-se sobretudo termos sincategoremáticos genéricos, dado estes nomes estarem mais preparados para englobar o conjunto do cotexto precedente e abrir o cotexto à direita.

Os empregos genéricos que normalmente a anáfora resumativa convoca podem ser considerados como sincategoremáticos só porque o referente denotado neste emprego não é um referente factual, contingente. É assim que os textos de ideias, como a dissertação, o comentário, têm de construir via discurso uma reflexão sobre o referente nocional, organizado em redor de expressões de retoma intratextuais muito elaboradas a nível conceptual, semântico e sintáctico.

No que tange à determinação, a anáfora conceptual é o mais das vezes introduzida pelo determinante demonstrativo (embora nada impeça que se empregue também o determinante definido) que facilita a inserção do conceito no encadeamento textual, assegurando o seu destaque ao mesmo tempo que o reactiva. A delimitação do alcance da anáfora, para o que muito contribui a determinação demonstrativa, permite verificar se a anáfora nominal retoma apenas o conteúdo nocional do segmento linguístico, numa atitude de retoma do *dictum* sem *modus*, ou se a nominalização é mais englobante recobrando não só o conteúdo proposicional, mas também o verbo introdutor do relato. É este esquema que permite criar uma situação geradora de uma avaliação, de um ponto de vista, de um comentário por parte do relator-enunciador.

2. Os procedimentos linguístico-discursivos em *A Caverna* vai possibilitar-me exemplificar as afirmações feitas acerca da anáfora resumativa e da sua capacidade em rentabilizar a introdução de um discurso modalizador e comentativo.

Desde a primeira página do romance que o leitor se depara com um concerto de vozes distintas. Ou são as vozes das personagens que, em estrutura diafónica, se respondem e permanecem distintas em intervenções constitutivas de troca, ou são vozes que o narrador evoca e convoca a título de objecto de referência recuperando-as por meio de formas canónicas de transcrição: discurso directo (DD), discurso directo livre (DDL), discurso indirecto (DI), discurso indirecto livre (DIL), e mesmo formas híbridas de discurso relatado. De qualquer forma, o uso de uma forma de relato, ou outra, tem, neste romance,

funções bem definidas: no DD há a pretensão de então reproduzir não só o conteúdo proposicional, mas também a forma discursiva, i. e., o nível de língua, a maneira de falar, até o tom dos interlocutores em presença; no DDL restitui-se integralmente a interação relatada, com todas as propriedades linguísticas do DD, mas sem nenhuma marca sinalizadora e sem qualquer predicado metadiscursivo explícito ou verbo de fala; no DI reproduzem-se os propósitos em questão, por meio da síntese do conteúdo, do seu resumo ou desenvolvimento; no DIL (muito raro nesta obra) joga-se na ambiguidade das vozes do enunciador citado e do enunciador citante.

No cruzamento desta estrutura polifónica que atravessa todo o texto (para o que muito contribuem também as vozes colectivas dos provérbios e das frases idiomáticas que Saramago usa em grande quantidade) – a todo o momento se ouvem em eco as vozes das personagens entre si e a do narrador consigo mesmo – surge a figura de um narrador-intérprete que toma a seu cargo a deliberação de, constantemente, neutralizar o dizer das personagens por meio da atitude do argumento de autoridade.

O argumento de autoridade, que se apresenta como o traço gerador da organização da linearidade textual, torna-se evidente no processo da retoma anafórica por meio da nominalização resumativa. O narrador ou nominaliza o verbo relator (predicados metadiscursivos e verbos de fala) ao mesmo tempo que comenta o propósito do já dito pela personagem, ou nominaliza o conteúdo proposicional por meio de nomes sincategoremáticos que, pelo seu carácter genérico, sintetizam o enunciado anterior, objecto da fala. Este tipo de transformação anafórica, ao mesmo tempo que permite introduzir dois valores, gera duas situações: referencia o dado por meio de um nome, concreto ou abstracto, pertinente no mundo real ou fictício e introduz um juízo de valor que se sobrepõe à opinião das personagens. O argumento de autoridade apresenta-se reforçado pelo uso profuso e diversificado de satélites modais, como os advérbios de modo de frase, os adjectivos e outras expressões modalizadas, quer a anáfora resumativa recaia no enunciado (1) quer recaia na enunciação (2):

(1) Vamos atalhar caminho por aqui, disse, se a polícia nos perguntar por que saímos da estrada, recorda-te da combinação, temos um assunto a tratar numa destas fábricas antes de chegarmos à cidade. (...) *Felizmente*, apesar dos *temores* e dos *avisos*, nunca tinham sido mandados parar pela polícia. (pp. 13, 14).

(2) ... julgam que têm o rei na barriga, além disso um chefe de departamento não é mais do que um mandado, cumpre ordens que lhe vêm de cima, pode até suceder que nos engane com explicações sem fundamento, só para se dar ares de figura importante. Marta ouviu *a extensa tirada* até ao fim, mas não respondeu. (p. 35).

No exemplo (1) a voz do narrador é introduzida pelo marcador de autoridade polifónica *Felizmente*. Este operador modal apresenta-se como uma força impressiva de orientação argumentativa contrária à crença explanada na estrutura diafónica anterior. Por outro lado, as anáforas conceptuais *os temores* e *os avisos* sintetizam, por um processo inferencial, o conteúdo proposicional anterior e topicalizam os objectos do discurso. Este processo de anaforização nominal possibilita ao narrador não só introduzir os objectos do discurso como deixar a possibilidade de, por este meio, ele próprio poder comentar os próprios objectos do discurso e orientá-los numa outra perspectiva argumentativa.

No exemplo (2) a anáfora *a extensa tirada* sintetiza já não o enunciado, mas a enunciação anterior. Aqui a autoridade polifónica é dada pelo marcador adjectival *extensa* e pelo nome *tirada*, cujo valor axiológico contribui para assinalar a atitude do narrador a respeito do valor de verdade da proposição.

Por seu lado, o uso do adjectivo *extensa*, que tem um valor escalar inserido na propriedade ontológica da dimensão, apresenta-se aqui como um activador de um mecanismo psicológico na participação de um raciocínio argumentativo. O narrador mantém a sua estratégia organizando topicalmente a informação e activando, agora, os objectos do discurso a partir do desenvolvimento da interacção.

Os marcadores de autoridade polifónica, além de se concretizarem na forma de advérbios de modo de frase, de adjectivos, também se materializam por meio de outros elementos linguísticos modalizadores, como as expressões *Era natural*, *porque na verdade*, além de outras:

- (3) Homem teimoso, pensou Marta, deveria ter levado a furgoneta, de um momento para o outro pode recomeçar a chover. *Era natural*, era o que se deveria esperar de uma filha, *a preocupação* de Marta, *porque na verdade*, por mais que historicamente se tenha exagerado em *declarações contrárias*, o céu nunca foi muito de fiar. (p. 44).

Além dos satélites modais que marcam estatutariamente o território do narrador, como uma figura que domina as representações e as estruturas praxeológicas e conceptuais das acções, dos seres e dos objectos do universo no qual o discurso se insere, há que destacar que o ponto de ancoragem imediata tem a sua origem ou no antes-texto, na memória discursiva ou numa inferência. No exemplo (3) a anáfora resumativa *a preocupação*, activada inferencialmente, recai no conteúdo proposicional, no enunciado. A anáfora *declarações contrárias*, que introduz o comentário *o céu nunca foi muito de fiar*, recai numa enunciação colectiva, na *vox populi*.

Um outro aspecto a destacar é que também a anáfora resumativa em *A Caverna*, além de ter como escopo o enunciado e/ou a enunciação, pode recair no próprio operador ilocutório (em português os operadores ilocutórios são DECL., INT., IMP. e EXCL.), como podemos ver em (4), (5), (6) e (7):

- (4) Entra. Sem apartar os olhos do dono, Achado deu um passo tímido, depois, como para mostrar que não tinha a certeza de haver compreendido *a ordem*, deteve-se. (p.79).
- (5) Acompanharei a minha filha e o meu genro a viver no Centro, se ainda me quiserem com eles. *A imprevista e terminante declaração* de Cipriano Algor teve efeitos diferentes na filha e no genro. (p. 169).
- (6) *A interrogação* que Marta via aproximar-se desde o princípio da conversa acabou por chegar, E porque não mo tinhas dito já (p. 139).
- (7) Marta, que tinha escutado com ansiedade cada vez maior *as palavras* do pai, levou as mãos à boca como para segurar *uma exclamação*. (p. 290).

As anáforas nominais *a ordem* (4), *A imprevista e terminante declaração* (5), *A interrogação* (6) e *uma exclamação* (7), ao mesmo tempo que indicam os operadores representativos do acto de fala, indicam o acto de fala executado por um locutor concreto, numa situação de enunciação específica. Neste sentido, ao leitor é dado observar as funções comunicativas que as distintas vozes desempenham nas intervenções e ao mesmo tempo é dado verificar as interrelações que se estabelecem entre as diversas dimensões do discurso, em particular, as dimensões hierárquica, relacional, enunciativa, polifónica e interaccional.

Mas eleger a voz como objecto de referência, e não como pólo de interacção, é ter em conta e levar mais longe as relações que se podem estabelecer entre a linguagem e a situação de comunicação, é acrescentar à informação veiculada pelas estruturas diafónicas a reacção emocional e interpretativa por parte do observador.

Por outro lado, considerar a voz, já não como objecto, mas como pólo de interacção é eleger um campo privilegiado para estudar a relação que se instaura entre os interlocutores, como podemos ver nos exemplos (8), (9), (10) e (11):

- (8) Finalmente, todo o poder à mulher, tremei varões, tremei e tremei, exclamou Marta. O oleiro não acompanhou desta vez *o tom jovial* da filha, antes falou sério...(p. 168).
- (9) ... se tinha assim tanta pressa podia ir andando, *expressão algo grosseira* que contradizia a solene declaração. (p. 196).
- (10) Poderiam ficar assim até ao regresso de Marçal e Marta, mas de repente o cão ladrou. *O tom não era de ameaça, nem de susto, não passou de um alerta convencional*, com quem vem lá por dever de cargo... (p. 216).
- (11) Cipriano Algor não responderá, resmungará como doutras vezes. Que estupidez, mas fá-lo-á de maneira automática, em *tom assaz veemente*, decerto, mas sem real convicção (p. 219).

A topicalização nestes exemplos faz-se, não sobre o *dictum*, isto é sobre conteúdo proposicional, mas sobre o *modus*. Esta relação metadiscursiva entre o módulo interaccional e o módulo enunciativo possibilita ainda assim ao narrador introduzir elementos discursivos com uma orientação argumentativa por meio de expressões como: *antes falou sério; que contradizia a solene*

contradição; não passava de um alerta convencional; mas sem real convicção. Mais uma vez se justifica que esta voz polifónica do narrador tem um estatuto principal e uma função interactiva de consecução. Ao reproduzir em eco os actos ilocutórios e enunciativos das várias vozes em interacção, o narrador fica liberto para concluir raciocínios e fazer os comentários metadiscursivos que muito bem entender.

Um aspecto importante a destacar e que se apresenta como característica desta obra é que, todas as vezes que se apresenta uma situação de enunciação citada, o enunciador do discurso citante, o narrador, compõe subjectivamente o quadro em que se desenrola o intercâmbio verbal. Um dos meios de que dispõe o narrador para espelhar pontos de vista singulares, como vimos já, é recorrer a anáforas designativas de actos de fala:

- (12) Bem-vindo sejas ao lar, disse Marta, mas advirto-te de que é melhor que comeces já a conhecer o regulamento doméstico, as necessidades de cão, tanto as sólidas como as líquidas ... Durante o tempo que durou a *prelecção*, o Achado nunca desviou os olhos. (p. 79).
- (13) Não te escondas, deixa a tua filha em paz, ela só disse as palavras que queria ouvir, agora trata-se é de saber se tens para dar à Isaura Estudiosa algo mais do que um cântaro e, também, não te esqueças, se ela estará disposta a receber o que imaginas ter para lhe dar, se é que consegues imaginar alguma coisa. O *solilóquio* esbarra nesta objecção... (p. 89).

Com este procedimento o narrador faz ligar ao quadro accional as representações que os interactantes se fazem uns dos outros em diferentes níveis: estatuto, papel comunicacional, detentor de uma imagem e de um território (aquilo a que Goffman 1974, chama *face positiva* e *face negativa*). O uso programado e persistente do mecanismo linguístico da anáfora conceptual possibilita, pois, ao narrador intervir judiciosamente sobre os comportamentos e os dizeres das personagens. Também aqui, o recurso a adjectivos e a outros elementos axiológicos para qualificar o nome anafórico designativo de acto de fala ilustra de forma exemplar o carácter de complementaridade e de gradação que os adjectivos emprestam às estratégias argumentativas. De facto, a variedade de termos modalizadores ajudam e participam na actividade avaliativa, atribuindo aos objectos denotados pelos substantivos que eles determinam um juízo emotivo e valorativo:

- (14) De qualquer modo, acrescentou Cipriano Algor, sem se dar conta, ou talvez sim, talvez no primeiro momento em que as disse se apercebesse dos *matizes sibilinos daquelas três palavras iniciais* ... (p. 152).

Como exemplifica a transcrição feita, os termos que acompanham o nome anafórico inscrevem-se na actividade discursiva do narrador em termos de tra-

ços das estratégias argumentativas. Por aqui se verifica que o procedimento reclassificatório da anáfora resumativa permite introduzir um enunciado com uma orientação argumentativa, possibilitando ao narrador agir sobre as crenças, atitudes, comportamentos ou falas das personagens, construindo e transformando, por intermédio da linguagem, uma representação de uma situação.

A este concerto de vozes diafónicas há a acrescentar, em *A Caverna*, um outro caso de polifonia menos visível: a dos provérbios, a das máximas e a das expressões idiomáticas:

- (15) Estamos no terreno dos factos comerciais, senhor Algor, teorias que não estejam ao serviço dos factos e os consolidem vão contra? Para o Centro (...). Cipriano Algor disse a si mesmo que não devia responder *ao desafio*. Cair na tentação de um dize-tu-direi-eu com o chefe do departamento, eu afirmo, tu negas, eu protesto, tu contestas, acabaria por dar mau resultado, nunca se sabe quando uma palavra mal interpretada vai ter uma consequência desastrosa deitar a perder *a mais subtil e a mais trabalhada das dialécticas de persuasão*, já *o dizia a antida sabedoria* ... (p. 97).
- (16) Que poderíamos fazer por aqueles bonecos que estão no forno, e o pai respondeu. Nada. *Seca, cortante, a palavra* não deixou dúvidas. Cipriano Algor não proferiu, no lugar dele, uma *daquelas frases correntias* que, por quererem assumir-se como definitivamente negativas, não se importam de levar dentro de si duas negações, o que *segundo a abalizada opinião dos gramáticos*, a converteria em rotunda afirmação... (p. 295).

Nos exemplos (15) e (16) vemos que o narrador/enunciador apresenta a sua enunciação como a retoma de um número ilimitado de enunciações anteriores. Dizer uma máxima, um provérbio, é fazer ouvir através da sua própria voz uma outra voz, a da *sabedoria popular*. O interessante a destacar é que na estrutura polifónica deste romance várias fontes enunciativas se combinam. Ou são vozes diafónicas remetendo para vozes que participam no intercâmbio verbal, ou são vozes polifónicas, remetendo para vozes externas ao intercâmbio (ancoradas numa situação de enunciação particular ou colectiva).

Outra estratégia que merece destaque, pelas numerosas ocorrências verificadas, é o recurso do narrador a comentários irónico-metonímicos. Este fenómeno revitalizador do discurso assenta no emprego de uma expressão para designar um objecto ou uma propriedade que não está em relação existencial com a referência habitual desta expressão, mas com a intenção de exprimir uma semelhança desfavorável.

- (17) Talvez a bondade seja também uma questão de prática, murmurou Cipriano Algor, Repita, não percebi bem o que disse, Não faça caso, senhor, não era importante, Seja como for, repita, Disse que talvez a bondade seja também uma questão de prática. É uma opinião de oleiro, Sim senhor, mas nem todos os oleiros a teriam, Os oleiros estão a acabar, senhor Algor, Opiniões destas também. O chefe de departamento não respondeu logo, estaria a pensar se valeria a pena continuar a divertir-se com *esta espécie de jogo do gato e do rato* ... (p. 131).

- (18) Marta sai do quarto e vai pensando Dorme, eis *uma palavra* que aparentemente não faz mais do que expressar uma verificação de facto, e contudo, em cinco letras, em duas sílabas, foi capaz de traduzir todo o amor que num certo momento pôde caber num coração humano. *Convém dizer, para ilustração dos ingénuos, que, em assuntos de sentimento, quanto maior for a parte de grandiloquência, menor será a parte de verdade...* (p. 209).
- (19) Dirás que o teu sogro é um idiota chapado, um irresponsável que deveria estar internado numa casa de doidos, metido numa camisa de forças. *Ganharia muito com essas explicações, não há dúvida.* (p. 330).

Ao mesmo tempo que ironiza, o narrador-intérprete constata, denuncia e julga ao mesmo tempo. O contrato enunciativo estabelecido desde a primeira página dá-lhe essa possibilidade de se servir da língua para explicar o seu próprio discurso e para representar as suas intenções de amplificação. Todo o discurso é representação e o discurso do narrador não escapa à regra.

3. Quando se trabalha sobre a continuidade de um discurso longo, como é o caso do discurso romanescos, fica-se espantado com a extrema complexidade da sua organização em diferentes níveis. Para levar a bom termo esta tarefa com rigor seria indispensável decompor este sistema discursivo complexo em sub-sistemas que, por sua vez, se decomporiam em diferentes formas de organização.

No caso concreto de *A Caverna*, que ainda não passa de um estudo preliminar, para estudar globalmente a complexidade do emprego da anáfora resumativa, eu simulei um modelo de análise de organização do discurso que deveria satisfazer dois objectivos: dar conta dos discursos de vozes diferentes que a narrativa representa em diferentes níveis de encaixe; dar conta do modo como o narrador retoma a instância discursiva e interaccional, com recurso especial à anáfora resumativa.

Num primeiro momento defini as propriedades da dimensão material das interacções no que tange à alternância ou encavalgamento das falas, à posição material relativa dos interactantes, às suas relações recíprocas e às representações que os interactantes se fazem uns dos outros. Neste processo de engendração de relações de dependência, de interdependência e de independência fundadas no princípio da recursividade foi-me permitido verificar uma estrutura hierárquica como resultado de um processo de negociação em constante reacção e/ou ratificação entre as várias personagens. Assim, deste quadro accional, emergem ou as vozes em diafonia, as que remetem para as vozes das personagens que formam parte do intercâmbio verbal (pai ↔ filha; sogro ↔ genro; pais ↔ filho; marido ↔ mulher; chefe ↔ empregado; empresário ↔

fornecedor, etc.), ou as vozes em polifonia quando estas mesmas personagens, em situação de interação, remetem para vozes externas ao intercâmbio.

Num segundo momento, e feito este levantamento prévio, necessário para o prosseguimento do estudo, procurei verificar como é que o narrador gere as falas destes actores da situação, de que modo ele as transpõe para o seu próprio discurso e de que forma a sua posição abre um lugar aos comentários e às digressões.

Por último, pude chegar á conclusão provisória de que a retoma das falas das personagens e dos objectos do discurso por meio do procedimento anafórico nominal resumativo abre ao narrador várias possibilidades, como as de permitir:

- encadear linearmente o objecto do discurso e activá-lo em relação a um tópico extraído do objecto de discurso activado pelo acto precedente;

- condensar o objecto do discurso do acto de fala anterior por meio de termos sincategoremáticos. Estes nomes em que normalmente se consubstanciam as anáforas resumativas podem ter um valor informacional fraco, mas têm a vantagem de possuir um amplo valor expressivo. Ao referirem-se a objectos do mundo possível como noções, conceitos, sentimentos (*os temores, as ameaças, a preocupação, o desabafo, o assunto, a explanação...*), estes termos possibilitam formar objectos discursivos privilegiados, sobre os quais o discurso interpretativo do narrador vai poder apoiar-se;

- reconstruir o quadro referencial de origem, no que tange aos conteúdos proposicionais e aos actos de fala, por meio do comentário. Todo o relator sabe que o quadro referencial de chegada de um discurso relatado (tome ele a forma que tomar) é sempre mais pobre que o quadro referencial de origem. Por isso o relator-narrador vê-se na obrigação de englobar o relato num comentário. Este recai, frequentemente, ou sobre o conteúdo proposicional (objecto do discurso) ou sobre a força ilocutória do enunciado. Como este comentário não pode ser incorporado na citação, ele apresenta-se como uma interpretação à qual o narrador adere ou não. É neste aspecto interpretativo que reside um primeiro aspecto da indeterminação do DR em *A Caverna*. Como a retoma é feita o mais das vezes sobre relatos em DDL (“E a devolução, sempre me irão devolver o que cá têm, *as palavras* tremiam de desespero e com tal amargura que o outro quis ser conciliador, Veremos.” p. 23; “Faça o favor de deixar-se dessas ideias, minha mãe, a senhora não tem nada de melhor, mas, quem tal imaginaria, ainda sobre *esta conversa* não tinham decorrido duas semanas” ... p. 33) ou mais raramente sobre relatos em DI (“Perguntou-me se a grande surpresa era irem viver comigo para o Centro, E tu, que disseste, Que não, que afinal não valia a pena estar a guardar a sur-

presa para amanhã, ficam já a saber, disse eu, a Marta está grávida, vamos ter um filho ... Deixas-me sem saber como responder. Há coisas que são tanto aquilo que são, que não precisam que as expliquemos. Perante *uma tão categórica manifestação de sabedoria básica*, o oleiro achou-se pela segunda vez sem resposta,” p. 212; “Foi durante o jantar que Marçal deu *uma importante informação* de que se havia esquecido, e essa desagradou a Marta,” p. 256).

O sistema referencial de chegada corre o risco de se tornar por vezes opaco não se destringendo muito bem o que é da conta do narrador ou não. Frequentemente se encavalitam as atitudes proposicionais do enunciado de origem com as interpretações referenciais e atributivas do narrador. Como não há sempre um relator, isto é, um enunciadador que reproduz o que foi dito com o que se quis dizer e com o que se fez e quis fazer dizendo-o, acontece que há sempre uma mistura de feixes de intenções, de atitudes e de actos subordinados a um outro feixe que representa a eventual força ilocutória expressa pelo narrador-relator. Mas esta indeterminação, hesitação é, no fim de contas, a propriedade frequente do DR que legitima o dizer como constitutivo do dito. E é neste deslizar entre o *dictum* do relato e o *modus* do relator que assenta a latitude do narrador para interpretar os actos de fala que as várias enunciações representam, de as apreciar diferentemente e de lhes emprestar as intenções que muito bem entender;

– estabelecer por meio dos verbos de relato uma linha coesiva entre os dois actos enunciativos (das personagens e do próprio narrador) de forma a instaurar-se e a justificar-se uma relação de tipo argumentativo. Para a circunstância pragmática do lugar ocupado pelo relator-narrador no momento da sua enunciação tem grande importância a escolha do verbo introdutor do relato. Na sua maioria são verbos de fala como *dizer* (580 ocorrências), *perguntar* (250 ocorrências), *responder* (152 ocorrências), mas também verbos que exprimem uma atitude como *discordar*, *esclarecer*, *reflectir*, *pensar*. De qualquer forma os verbos de relato são a condição *sine qua non* de uma descrição adequada da identidade referencial, ela própria indispensável para gerar transformações como a anaforização nominal resumativa. Este denominador comum que atravessa toda a obra acciona um cálculo proposicional apto a predizer e a especificar o comportamento de certas classes de verbos, sobretudo verbos modais que exprimem a atitude do narrador face à proposição enunciada, por meio do traço topical anafórico. Metadiscursivamente, o narrador, vinculado ao módulo enunciativo, toma quase sempre posição por meio de um comentário que normalmente inverte a orientação argumentativa da enunciação anterior;

– fazer intervir, de forma particularmente interessante, a organização composicional e a organização polifónica. No primeiro caso, as trocas entre as personagens e sobretudo a retoma das enunciações ou dos objectos do discurso

por parte do narrador são, na sua maioria, ou intervenções com função ilocutória reactiva de respostas fortemente marcadas do ponto de vista argumentativo, como o testemunham a forte presença de anáforas resumativas acompanhadas de lexemas axiológicos pejorativos (“... os fragmentos do discurso, *soltos e desconexos*, p. 40; juízo *precipitado*, p. 58; conversa *de oleiro*, p. 62; palavras *tão brutalmente possessivas*, p. 85; frase *sintacticamente retorcida*, p. 89; *nestas inúteis* cogitações, p. 99; umas quantas palavras *decorativas*, p. 105; *aquela pejorativa e desafortunada* palavra, p. 164; *a obscura* frase, p. 241, etc.) ou são intervenções com função específica de relacionar argumentativamente os actos de fala dentro do acto discursivo. Para isso, as relações de argumento ou mais precisamente de contra-argumento, que instauram ao mesmo tempo uma relação argumentativa e uma relação assumptível por parte do narrador, estão marcadas por conectores argumentativos como, *no entanto* (“Decerto por estar no tenro verdor da mocidade, Achado não teve ainda tempo de adquirir opiniões formadas, claras e definitivas sobre a necessidade e o significado das lágrimas no ser humano, *no entanto* considerando que esses humores líquidos...”, p. 87), *porém, não obstante* (“Pai, parece-me que estou grávida, *porém* consegui reter as palavras ...”; Na verdade uma tal revelação ... tão raro é este mágico dom como aquele outro, noutra lugar falado, de ver o interior dos corpos através do saco de pele que os envolve. *Não obstante* a sedutora profundidade de ambos os temas, propícia às mais succulentas reflexões ...”, p. 133), *mas* (“Que história é essa, que estás para aí a dizer, perguntou Cipriano Algor, *mas* o tom da sua voz tinha-se alterado ...”, p. 140).

Outros processos de tomada de posição por parte do narrador é a frequência dos procedimentos metadiscursivos que surgem ao longo da obra e que têm a função de estabelecer uma relação de especificação com o conteúdo do acto de fala principal (“*Por estas e outras palavras* já aqui foi lembrado que todos os dias passados foram vésperas e todos os dias futuros o hão-de ser.” p. 274; “Havia sim, dois corredores, e, entre eles, um outro bloco de apartamentos, mas este com o dobro da largura dos restantes, e que, *trocada a explicação por miúdos, quer dizer* que a parte habitada do Centro ...” p. 278). No caso da estrutura polifónica, o narrador-enunciador arquitecta o seu discurso sobre a estrutura diafónica efectiva ou potencialmente havida entre as personagens. Na primeira situação a diafonia remete a um discurso efectivamente pronunciado e anterior ao do enunciador (“Por causa do disparate do cão, quase me esquecia de lhe perguntar como se passou a conversa”, p. 112); na segunda situação, trata-se dos casos em que o enunciador-narrador introduz no seu discurso um argumento hipotético que um destinatário fictício poderia evocar (“Mesmo que fosses o mais feio dos homens, diria o cão Achado do seu dono se falasse, a tua fealdade não teria nenhum sentido para mim, só

te estranharia realmente se passasses a ter outro cheiro ou passasses doutra maneira a mão pela minha cabeça. O *inconveniente das divagações* está na facilidade com que podem distrair por caminhos desviados o divagante, fazendo-o perder o fio das palavras e dos acontecimentos, como acaba de suceder ao Achado ...” p. 143). A técnica da diafonia/polifonia responde a uma necessidade de coerência e de coesão discursivas. O narrador introduz, através do enunciado diafónico, as vozes e os referentes que estas vozes veiculam para constituir o tópico central da sua intervenção reactiva, por intermédio da tematização anafórica nominal;

– possibilitar, por meio da anáfora nominal resumativa, intervir judiciosamente sobre os dizeres das personagens e os objectos do discurso. De facto, o recurso à anáfora nominal conceptual apresenta-se como o meio operativo mais eficaz para captar sinteticamente, e ao mesmo tempo, o estatuto das vozes em interacção, a função interactiva que as vozes desempenham, o grau de presença do locutor e as vozes que retoma no seu discurso, as funções comunicativas que as distintas vozes desempenham nas intervenções.

Vimos que a anáfora resumativa, além da capacidade de incidir sobre o pólo da interacção, recai também no objecto do discurso. E é nesta dupla funcionalidade que o narrador a faz operar em *A Caverna*.

E porque não pode haver sentido fora das pessoas no discurso e formas de discurso fora das formas da língua que lhe dão corpo, a anáfora resumativa, pelo seu poder reclassificatório e pela sua capacidade de corporizar o discurso por meio do argumento da autoridade, possibilitou ao narrador-intérprete introduzir os juízos de valor e os comentários que o seu estatuto lhe autorizava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCOMBRE, J. C. e Ducrot, O. 1983 – *L’Argumentation dans la langue*, Bruxelles, Mardaga.
- FONSECA, F. I. et al. 2001 – *A Linguística na Formação do Professor de Português*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- FONSECA, J. 2000 – “Carta de Casados de D. Francisco Manuel de Melo, *Revista da Faculdade de Letras, “Línguas e Literaturas”*, Porto, Vol. XVII, II Série, Porto, pp. 9-135.
- GOFFMAN, E. 1974 – *Les rites d’interaction*, Paris, Minuit.
- ROULET, E. 1986 – “Complétude interactive et mouvements discursifs”, *Cahiers de Linguistique française* 7, 189-206.
- 1991 – “Vers une approche modulaire de l’analyse du discours”, *Cahiers de linguistique française* 12, 53-81.
- 1995 – “Etude des plans d’organisation syntaxique, hiérarchique et référentiel du dialogue: autonomie et interrelations modulaires”, *Cahiers de linguistique française* 17, 123-140.
- 1996 – “Une description modulaire de l’organisation topicale d’un fragment d’entretien”, *Cahiers de linguistique française* 18, 11-32.

- RUBATTEL, C. 1990 – “Polyphonie et modularité”, *Cahiers de linguistique française*, 11, 297-310.
- TORCK, D. 1994 – “Diaphonie et interaction en face à face dans le débat politique”, *Littérature* 93, 15-30.
- VENDERVEKEN, D. 1988 – *Les actes de discours*, Bruxelles, Mardaga.
- VILELA, M. 1994 – *Estudos de lexicologia do Português*; Coimbra: Almedina.